



# DIÁRIO OFICIAL

## MUNICÍPIO DE GARÇA

Conforme Lei Municipal nº 4.931, de 02 de julho de 2014

Terça-feira, 02 de setembro de 2025

Ano XII | Edição nº 2679

Página 8 de 18

I – adultização precoce: processo pelo qual crianças e adolescentes são expostos a comportamentos, vestimentas, linguagens, responsabilidades e situações incompatíveis com sua fase de desenvolvimento, antecipando etapas da vida adulta;

II – sexualização infantil: exposição prematura de crianças e adolescentes a conteúdos, comportamentos ou situações de natureza sexual, erótica ou sensual, incompatíveis com sua fase de desenvolvimento.

**Art. 3º** Fica proibida a realização de eventos, espetáculos, apresentações ou atividades que contenham músicas, danças ou performances com conteúdo erótico e/ou sensual destinados ao público infantojuvenil ou com sua participação.

**§ 1º** Entende-se por conteúdo erótico ou sensual aquele que contenha termos pejorativos relacionados à sexualidade, ao ato sexual, ou que utilize movimentos, gestos ou coreografias com conotação sexual, simulando ou fazendo alusão à relação sexual, obscenidade ou à prática de atos libidinosos.

**§ 2º** A proibição de que trata o caput deste artigo aplica-se a todos os estabelecimentos públicos e privados, incluindo escolas, centros culturais, clubes, associações e demais espaços de convivência infantojuvenil.

**Art. 4º** Fica proibida a veiculação de qualquer tipo de publicidade que faça alusão à adultização precoce ou sexualização infantil, nos seguintes locais e meios:

- I – arenas esportivas;
- II – transporte coletivo;
- III – outdoors ou telões digitais de visibilidade pública;
- IV – escolas ou centros de educação;
- V – pontos de ônibus;
- VI – relógios digitais de rua;
- VII – uniformes de equipes esportivas que participem de campeonatos organizados ou custeados pelo Poder Público;
- VIII – qualquer evento organizado ou custeado pelo Município.

**Art. 5º** O Poder Público desenvolverá atividades e ações de conscientização sobre:

- I – uso seguro e responsável da internet e redes sociais por crianças e adolescentes;
- II – prevenção contra a adultização precoce e sexualização infantil;
- III – valorização da infância e das etapas de desenvolvimento infantojuvenil.

**Art. 6º** O descumprimento das disposições desta Lei sujeitará o infrator às seguintes penalidades, sem prejuízo de outras sanções civis, penais e administrativas cabíveis:

- I – advertência por escrito;
- II – multa no valor de 500 (quinhentas) UFGs, dobrada na reincidência;
- III – suspensão temporária de alvará de funcionamento, quando aplicável;
- IV – cassação do alvará de funcionamento, quando aplicável.

**Parágrafo único.** Os valores arrecadados com as multas serão destinados ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

**Art. 7º** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 8º** Ficam revogadas as disposições em contrário.  
S. Sessões, assinado e datado eletronicamente.

RAQUEL SARTORI

Vereadora – PL

MARCELO MIRANDA

Vereador – MDB

### JUSTIFICATIVA

*Senhores(as) Vereadores(as);*

Apresentamos à deliberação desta E. Casa de Leis a presente proposição, que tem por objetivo ampliar a transparência e a eficiência na gestão da saúde pública municipal, por meio da disponibilização, em tempo real, das informações sobre o estoque de medicamentos existentes na rede municipal de saúde, utilizando-se aplicativo de mensagem amplamente acessível à população.

É de conhecimento público que a falta de informações claras e atualizadas sobre a disponibilidade de medicamentos nas unidades de saúde gera transtornos significativos aos cidadãos, em especial àqueles que dependem integralmente do Sistema Único de Saúde (SUS) para o tratamento contínuo de enfermidades.

A utilização de aplicativos de mensagens, recurso de comunicação já incorporado ao cotidiano da população, garante o acesso rápido e simples às informações, democratizando o direito à saúde e ampliando a eficiência do serviço público.

A medida, além de reduzir custos indiretos e otimizar o tempo dos usuários, contribui para maior controle social sobre a gestão do estoque de medicamentos, fortalecendo os princípios da transparência administrativa e da publicidade dos atos públicos, previstos no art. 37 da Constituição Federal.

O projeto também favorece a própria Administração Pública, uma vez que possibilita a organização e integração dos sistemas de informação, auxiliando na gestão do abastecimento e na redução de desperdícios decorrentes de falhas de planejamento ou de desconhecimento da real demanda dos usuários.

Importante destacar que a proposta não implica criação de estrutura nova ou gastos excessivos, pois se vale de tecnologias já existentes e de fácil operacionalização. O investimento necessário é mínimo frente ao impacto positivo gerado, tanto para os cidadãos, quanto para a Administração.

Dessa forma, a iniciativa encontra amparo no dever do Poder Público de garantir a efetividade do direito à saúde, previsto no art. 196 da Constituição Federal, além de estar em consonância com os princípios da eficiência, transparência e economicidade da gestão pública.

Diante do exposto, solicitamos o apoio dos Nobres Pares para a aprovação do presente Projeto de Lei, que representa um avanço no atendimento às necessidades da



# DIÁRIO OFICIAL

## MUNICÍPIO DE GARÇA

Conforme Lei Municipal nº 4.931, de 02 de julho de 2014

Terça-feira, 02 de setembro de 2025

Ano XII | Edição nº 2679

Página 9 de 18

população e um passo importante para o fortalecimento da política de saúde municipal.

S. Sessões, assinado e datado eletronicamente.

**PAULO ANDRÉ FANECO**  
**Vereador - NOVO**

### PROJETO DE LEI Nº 68/2025

(de autoria do Vereador Paulo André Faneco)

#### **DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE DIVULGAÇÃO DO ESTOQUE DE MEDICAMENTOS DISPONÍVEIS NA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE, POR MEIO DE APLICATIVO DE MENSAGEM, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

O Prefeito do Município de Garça, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

**Art. 1º** Fica o Poder Executivo obrigado a disponibilizar aos cidadãos, por meio de aplicativo de mensagem amplamente utilizado pela população, informações atualizadas sobre o estoque de medicamentos constantes da Relação Municipal de Medicamentos Essenciais (REMUME), disponíveis na rede de saúde.

**Art. 2º** As informações deverão conter, no mínimo:

I - a lista dos medicamentos disponíveis em cada unidade de saúde;

II - a quantidade atualizada em estoque;

III - a data da última atualização.

**Art. 3º** A atualização das informações deverá ocorrer em tempo real, de acordo como estoque existente.

**Art. 4º** O serviço deverá ser disponibilizado mediante telefone oficial do Município no aplicativo de mensagem, de modo gratuito e acessível, garantindo-se a ampla divulgação à população.

**Art. 5º** O Poder Executivo poderá integrar o serviço de que trata esta Lei com outros meios digitais já utilizados pela Administração Municipal, observadas as normas de transparência e acesso à informação.

**Art. 6º** As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

**Art. 7º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 8º** Ficam revogadas as disposições em contrário.

S. Sessões, assinado e datado eletronicamente.

**PAULO ANDRÉ FANECO**  
**Vereador - NOVO**

Ofício n.º 201/2025

Garça, 28 de agosto de 2025.

Excelentíssima Senhora

**MARIA RAQUEL SARTORI DA SILVA**

Câmara Municipal de Garça  
NESTA

**Ref.: Encaminha Projeto de Lei.**

Senhora Presidente,

Encaminhamos para apreciação e deliberação dessa Câmara Municipal, o incluso Projeto de Lei, através do qual estamos solicitando autorização legislativa para a transferência de área, compreendida pelo lote 06, da quadra "D", do Distrito Industrial Prefeito Pedro Valentim Fernandes, matrícula nº 20.920 do CRI local, anteriormente doada à empresa "Garmax - Indústria e Comércio Ltda.", por meio da Lei Municipal nº 3.994/2006, à empresa "Plastec Usinagem Ltda.", inscrita no CNPJ nº 68.229.277/0001-24, tendo em vista o pedido efetuado por meio do Protocolo-1Doc nº 1.783/2025.

Ressaltamos que, conforme informações prestadas pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo, a empresa apresentou a documentação, nos termos do artigo 6º da Lei Municipal nº 5.238/2018 e alterações.

No mais, a donatária indicada teve sua solicitação analisada e aprovada pela Comissão dos Distritos Empresariais, conforme ata de reunião, realizada no dia 28/04/2025 (cópia em anexo).

Por último, informo que, a empresa "Plastec Usinagem Ltda." adquiriu o imóvel da empresa citada anteriormente, conforme Contrato Particular de Compromisso de Venda e Compra anexado, indenizando-a, inclusive, das benfeitorias existentes.

Portanto, nos termos do artigo 7º da Lei Municipal nº 5.238/2018, solicitamos especial atenção dos nobres Edis para aprovação do Projeto de Lei ora apresentado, bem como requeremos sua tramitação **em regime de urgência**, nos termos do artigo 54 da Lei Orgânica do Município.

Atenciosamente,  
**JOSÉ ALCIDES FANECO**  
Prefeito Municipal

### PROJETO DE LEI Nº 69/2025

#### **AUTORIZA A TRANSFERÊNCIA DE ÁREA PARA EMPRESA COM ATIVIDADE EMPRESARIAL.**

A Câmara Municipal aprova a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica o Poder Executivo Municipal autorizado, nos termos da presente Lei e observados os preceitos da Lei Municipal nº 5.238, de 06 de julho de 2018 e alterações e a deliberação da Comissão dos Distritos Empresariais, consignada em ata da reunião realizada no dia 28/04/2025, a proceder à anuência para a transferência de área do Distrito Industrial III, na forma abaixo indicada:

I - Lote 06, da Quadra "D", do Distrito Industrial Pedro Valentim Fernandes, com área de 1.001,89 metros quadrados, objeto da matrícula nº 20.920 do CRI local, da